

## O reflexo do medo: a imagem das milícias como sinônimo de violência a partir de um conflito simbólico ocorrido na Zona Sul do Rio de Janeiro

André Luiz Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** o artigo aborda, a partir de um estudo de caso, uma situação de conflito diante da oferta de segurança privada à moradores de uma vizinhança na Zona Sul carioca. O objeto estudado é a classificação, por parte de moradores, dessa oferta de segurança como uma iniciativa miliciana. Com base nisso, discute-se as possíveis metamorfoses dos signos difusos de perigo social na gramática da violência urbana carioca. Assim, os principais objetivos do trabalho são analisar o que o medo despertado pelas milícias produz em termos de sociabilidade em um determinado local, quais suas implicações em termos de temporalidade e suas relações com as representações sociais da violência urbana. O texto insere-se nas discussões que estudam a violência urbana a partir de suas múltiplas manifestações práticas, com o intuito de demarcar o medo como uma categoria analítica útil para esse propósito.

**Palavras-chave:** Medo; Violência urbana; Milícias; Rio de Janeiro

### The fear reflex: the image of militias as synonymous with violence from a symbolic conflict occurred in Rio de Janeiro's South Zone

**Abstract:** this article addresses, through a case study, a conflict situation arising from the provision of private security to residents of a neighborhood in the South Zone of Rio de Janeiro. The study focuses on residents' classification of this security provision as a militia initiative. Based on this, the article discusses the potential transformations of diffuse signs of social danger within the grammar of urban violence in Rio de Janeiro. Thus, the main objectives of the study are to analyze the sociability effects produced by the fear aroused by militias in a specific location, their implications in terms of temporality, and their relationships with social representations of urban violence. The text contributes to discussions that examine urban violence through its various practical manifestations, aiming to establish fear as an analytical category useful for this purpose.

**Keywords:** Fear; Urban violence; Militias; Rio de Janeiro

#### Introdução

Sem ordem cronológica, tá? Um dia, às 21:30h da noite, a gente descobriu que uma empresa, uns homens vestidos de preto, com cachorro, com uma águia e [...] aí chegaram com uma... ostensivo, com um caminhão com uma guarita, desceram uma guarita e uma cancela e chegaram a instalar. Aí um auê, baixou todo mundo, a sorte que nós temos aqui vários procuradores e promotores democratas, não tô falando nem que sejam de esquerda. Aí “que história é essa?”, um vai e vem, maior confusão, chamamos a polícia. Eles não tinham alvará da Prefeitura. Aí a gente fez tanto escândalo que eles tiveram que retirar tudo. (CIDA)

A cena da epígrafe é descrita por Cida<sup>2</sup>, uma moradora do entorno da General Glicério, uma vizinhança de Laranjeiras, bairro localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, palco do conflito discutido neste texto. O fato que guiará as reflexões ocorreu no início de dezembro de 2017. Em síntese, diz respeito à disputa entre os moradores do local sobre a tentativa de privatização da segurança no ambiente. Uma empresa de segurança privada, durante à noite, havia instalado uma cancela fechando a entrada da rua, acompanhada de uma viatura, colocando homens uniformizados circulando pela região. A águia, citada por Cida, seria o emblema da empresa, estampada nas viaturas e nos uniformes.

O cerne do conflito é, sobretudo, simbólico, pois é a associação da empresa privada e seu modo de operar com as atividades “características” das milícias que movimentaram as ações dos moradores contrários ao estabelecimento dos serviços. A violência urbana, experimentada e representada socialmente na região, orientou as ações contrárias e a favor da privatização da segurança no local. O principal objetivo é, a partir desse conflito, trabalhar o que o medo (das milícias, no caso) produz em termos de sociabilidade,

<sup>1</sup> Pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU), parte do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ, mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais (bacharel) pela mesma instituição.

<sup>2</sup> Todos os nomes foram trocados para evitar a identificação dos entrevistados e garantir o anonimato prometido antes das conversas.

quais suas implicações com o tempo e suas relações com as representações sociais da violência urbana. Com esse intuito, o ocorrido é construído como um estudo de caso diacrônico (GERRING, 2007).

O medo, núcleo simbólico do conflito, possui uma multiplicidade de significados, sendo mais difundida sua definição como uma reação emocional capaz de mobilizar aspectos fisiológicos do corpo. Desse modo, sua autoridade científica é quase sempre associada às disciplinas que estudam a natureza. Contudo, ao entender que a construção do medo como um objeto de pesquisa é uma mediação entre o fenômeno e seu estudo sociológico, o medo passa a ser uma categoria analítica acessada de formas distintas, a depender de como o pesquisador pretende trabalhá-la (SOARES, 2024). Esse entendimento coloca-se contrário a uma definição unívoca sobre o medo, ampliando sua potencialidade para a análise do social. Em Soares (2024), abordando especificamente o “medo do crime”, apresento um gradiente analítico no qual o medo poderia ser estudado como uma emoção-choque, reativa e centrada em seus aspectos fisiológicos; uma emoção construída socio-culturalmente, de modo a articular aspectos da interação social e dos discursos; ou, por fim, como uma representação social, em que seus signos sobre um perigo difuso oferecem sentido para ações cotidianas e são ressignificados por elas. Neste texto, articulo essas duas últimas instâncias do gradiente com a intenção de discutir três eixos centrais: temporalidade, medo e violência urbana.

O artigo está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. A seguir, discute-se aspectos teórico-metodológicos responsáveis por construir a realidade observada como um objeto de pesquisa. A terceira seção argumenta que há indícios de uma metamorfose em curso na forma de sintetizar o perigo despertado pela violência urbana carioca a partir de um personagem recente da dinâmica criminal da cidade: o miliciano. A quarta seção busca entender quais transformações ocorreram para que as milícias fossem mais associadas com o perigo do que com a segurança. Por fim, nas considerações finais, o intuito é inscrever o medo como um agente ativo de mudanças nas representações sociais da violência e uma ferramenta relevante para compreender as temporalidades envolvidas e sobrepostas nessas metamorfoses.

### A construção do objeto de pesquisa

Neste artigo, as entrevistas com os moradores do entorno da General Glicério buscam rememorar o conflito, observando o contato entre distintas tem-

poralidades enquanto emergem as memórias. Assim, é necessário refletir sobre algumas possibilidades de trabalhar a história nas ciências sociais.

“Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado” (POLLAK, 1989: 8). Contra os fatos históricos de uma historiografia descritiva, Benjamin (1985) argumenta que o historiador acessa apenas o contato entre o presente e o passado, é só a partir da “coloração” do primeiro sobre o último, como diria Pollak (1989), que alguns fatos são considerados históricos. Ainda segundo Benjamin, “o tempo passado é vivido na rememoração: nem como vazio, nem como homogêneo” (1985: 232). Desse modo, para ambos os autores, o presente é um elemento-chave de construção da interpretação do passado. É o presente que estabelece as memórias oficiais e subterrâneas, os esquecimentos, os silêncios, e também, como veremos, os medos.

Inspirada pela visão interpretativista de Clifford Geertz, para Elizabeth Jelin (2017), o exercício de revisitar um período histórico é um exercício de ressignificação. De acordo com a autora, é necessário falar de memórias sempre no plural, já que elas possuem cada uma sua história e se desenvolvem em múltiplas temporalidades. “Surgen como recuerdos, como silencios, o como huellas en momentos históricos específicos, en función de los escenarios y las luchas sociales propios de cada cultura” (JELIN, 2017: 8). A conjuntura, o presente, assim como para Benjamin (1985) e Pollak (1989), e sua consequente implicância na contingência dos atores sociais, temas e cenários envolvidos em cada tempo, conferem um caráter dinâmico aos sentidos do passado e de suas memórias. Desse modo, “hablar de memorias significa hablar de un presente” (JELIN, 2017: 13). Tais memórias seriam, portanto, objetos de lutas sociais e políticas por sua significação. Eventos capazes de desestabilizar o ordinário, como o da General Glicério, se tornam “memoráveis”. As lembranças implicam que o sujeito desestabilizado pela interrupção de seu cotidiano associe imagens e objetos para sistematizar uma narrativa passível de comunicação. No entanto, seja na vida cotidiana ou nas excepcionalidades, as memórias são seletivas, não há como recordar de tudo, elas pressupõem esquecimentos e silêncios, que são elementos centrais dessas memórias (JELIN, 2017).

Nesse sentido, o caso da General Glicério, poderia ser entendido como um *evento crítico* (DAS, 2020). Esse conceito busca entender antes as relações e as experiências das pessoas imersas nessas circuns-

tâncias do que o próprio *evento*. A desestabilização do cotidiano, que pode ser normalizado mesmo na *crise*, implica novos repertórios de ação (MBEMBE; ROITMAN, 1995). Dessa forma, o modo como o medo é trabalhado neste texto demonstra as mudanças na sociabilidade e a forma pela qual os sujeitos se relacionam com as representações sociais do mundo em que vivem. Ao observar as relações produzidas pelo medo no caso da General Glicério, a constituição do conflito a partir do *evento*<sup>3</sup> só acontece por conta da inteligibilidade proporcionada por processos sociais que já estão em curso, evidenciando suas metamorfoses, como veremos adiante. Assim, não parece se tratar de um *fracasso da gramática do cotidiano* (DAS, 2020), mas de um reforço à *gramática da violência* (MACHADO DA SILVA, 2010), que fornece os parâmetros de sentido da ação e, principalmente, inteligibilidade para o caso aqui estudado. Entretanto, embora o *evento* da General Glicério não seja um exemplo de violência extrema, como os trabalhados por Das (2020), é por conta da *acumulação social da violência* (MISSE, 2022) que ele adquire um potencial<sup>4</sup> ameaçador disruptivo, sintetizado pelo medo. Esse potencial é vivido no presente, no conflito – foco deste texto –, mas, ao se fazer uso do medo como uma categoria analítica, será possível notar a imbricação dele com o passado e o futuro na fabricação desse *evento crítico* (DAS, 2020).

Essa regressão teórico-metodológica serve para balizar a construção do conflito como um objeto de pesquisa sociológico. A dimensão do tempo é fundamental para entender como as memórias acontecem; como o medo relaciona distintas temporalidades; e, por fim, como a violência urbana se transforma a partir da observação de processos sociais de longa duração. São diferentes tempos os responsáveis pela interação entre as memórias, as emoções e as representações sociais.

Para acessá-los, o texto utiliza notícias de jornais e três entrevistas<sup>5</sup> com moradores da região como material de reflexão, nessas últimas, a intenção era ouvir o que havia acontecido nos dias anteriores e seguintes ao *evento*, mas também notar que memórias e associações simbólicas eram despertadas pelo assunto. Uma das entrevistas aconteceu no meio da feira semanal da General Glicério, com a responsável por uma banquinha de “discussão política”, que distribuía informações partidárias e desejava debater a conjuntura em torno de um ex-presidente. Cida parecia desconfiada de início, mas me deu uma chance

por conta de uma pessoa da região que havia me recomendado: o Mauro, que era amigo de uma amiga de Cida. Mauro, um técnico da prefeitura do Rio, me recebeu dentro de sua sala em um instituto municipal, de início parecia desconfortável em tratar do assunto, era fim de expediente e havia uma estagiária na sala. Contudo, no desenrolar da conversa, abordou com profundidade os temas sugeridos. Provavelmente, Mauro só tenha aceitado falar comigo porque havia prometido à minha orientadora na época, de quem é amigo, que conversaria sobre o assunto. A primeira das entrevistas foi com um professor de pós-graduação, Santiago, em sua sala, dentro de uma Universidade Federal localizada na cidade do Rio de Janeiro, e apesar do espaço ser compartilhado, durante todo o encontro estivemos a sós. Santiago não hesitou em gravar a conversa, parecendo muito à vontade com minha presença e com as perguntas.

### Uma nova face para o “fantasma” da violência urbana?

O conflito na General Glicério é uma oportunidade pertinente de olhar para uma realidade específica, a carioca, em que o cotidiano indica formas de experimentações, expressões e interações mediadas pelo medo. Essas sociabilidades foram observadas nas entrevistas e notícias de jornais, ambas descritas e discutidas a seguir.

Santiago conta que a história, para ele, começa quando, uns dias antes do evento, *em um espaço de tempo não tão bem definido*, uns homens com roupas que simulavam a estampa militar estavam passando porta a porta, anunciando fazerem parte de uma empresa de segurança privada. Dias depois, teria sido apresentado aos moradores uma espécie de panfleto, algo que esses homens chamaram de “mapa de vulnerabilidade do bairro”, com um desenho/fotografia aérea da rua e teriam dito que gostariam de marcar uma reunião com todos os moradores no consulado da França. O objetivo do encontro seria apresentar a experiência internacional da empresa e seus serviços. Tudo ocorreu de noite, e no mesmo período do dia, em uma sexta-feira, pelo que se lembra o professor, ocorreu a tal oferta ostensiva de segurança com cancela, guarita, viaturas e homens uniformizados. Seria um teste-grátis de 15 dias, chamado pela empresa de “degustação de segurança”, com o intuito dos moradores avaliarem seus serviços. A partir do *evento*, se desenrola o conflito e a posterior interpeção dos moradores à empresa privada. Essa oferta

3 O *evento*, nesse caso, seria a oferta de segurança privada. O conflito seria o que ocorreria a partir disso, já como uma forma de sociabilidade produzida pelo *evento*.

4 Segundo Das (2020, p. 31), potencialidade é algo que já está presente.

5 Realizadas entre novembro e dezembro de 2019.

estava prevista no panfleto e iria anteceder a reunião no consulado, mas o professor conta que *a forma* como tudo ocorreu gerou uma reação de preocupação.

Contextualizando, Santiago diz que no dia da confusão com a empresa, ele conversou com uma síndica de um condomínio local e ela contou que um dos prédios dali havia tido uma experiência traumática, um sequestro ou algo similar, e haviam levantado a possibilidade de uma empresa privada fazer a segurança do local. Outras situações teriam feito parte de associações com esse *evento*.

O tipo de atividade criminal, segundo Santiago, estava diferente *pré-evento*. Ele cita arrastões, aumento de assaltos, e *explosões em bancos*, achando tudo isso muito esquisito. O diferente, para ele, era a percepção de ocorrências criminais que não eram comuns. Nesse sentido, de acordo com Santiago, havia um clima de atenção sobre essas situações e isso mobilizou os moradores a *suspeitarem* dessa oferta de segurança. Ao longo de quase uma hora de conversa, o professor deixou claro de que ele mesmo havia sido um dos articuladores da possibilidade, em discussões com outros moradores, de que isso talvez fosse *uma estratégia de ocupação da milícia*. No dia do ocorrido, de acordo com Santiago, a empresa privada só foi expulsa da vizinhança mediante o exercício da autoridade de um morador, desembargador de justiça, que obrigou a empresa a mostrar uma autorização para estar no local e, em caso de negativa, chamaria a polícia. Por isso, eles teriam indo embora.

Santiago traz em seus relatos um elemento central deste texto: a relação do medo com distintos tempos. Através da lembrança, é possível notar como representações sociais que causam temor se associam com acontecimentos em um tempo desestabilizado pela interrupção do cotidiano, e, simultaneamente, reforçam processos sociais em curso. Assim, aproximando o extraordinário do ordinário, o medo, como uma emoção construída socioculturalmente, demonstra-se fecundo para evidenciar as conexões entre um passado sedimentado socialmente, um presente em conflito, com disputas de sentidos, e uma expectativa de futuro negativa.

Como em outros trabalhos (SOARES, 2021; 2024), a forma sociológica que articula o medo com a violência urbana é abordando, na prática, ambas as categorias como *representações sociais* (MACHA-

DO DA SILVA, 2004; MISSE, 2022; PORTO, 2006). Essas representações são definidas como *blocos de sentido* (PORTO, 2006) compartilhados cujas significações tecidas permitem compreender a sociedade. Ao se associar a essa linha de pensamento, não há definição puramente objetiva para a violência, mas ações *classificáveis* como violentas (WERNECK, 2012). Nessa discussão, interessa de forma particular o conceito da *acumulação social da violência* (MISSE, 2022), que sugere uma incorporação acumulativa e cíclica da violência nas representações sociais. Essa sedimentação histórica atribui signos de um perigo difuso que Misse (2022) chamou de *“fantasma” da violência urbana*. Tal noção, somada à de *sociabilidade violenta*<sup>6</sup> (MACHADO DA SILVA, 2004), tida como uma representação típica-ideal (WERNECK; TALONE, 2019) em processo de racionalização econômica (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2019), traz à vida social dos cariocas uma *gramática da violência* (MACHADO DA SILVA, 2010) que converge signos de um perigo difuso. Os atores sociais, então, compartilham dessa *gramática*, a mobilizam e a reescrevem no curso diário de suas vidas.

No *evento* da Rua General Glicério, a *classificação* da ação da empresa de segurança privada como *milicianiana* promove uma série de sociabilidades, inclusive, estratégias de ocupação do espaço ditas “democráticas”<sup>7</sup>. Não importa, para este artigo, se a empresa seria ou não, de fato, uma espécie de milícia, mas sim o fato das pessoas terem acreditado que poderia ser. O conflito seria, assim, uma boa oportunidade de retomar as metamorfoses do *“fantasma” da violência urbana* que, segundo Misse (2022), já se transformou ao menos três vezes. Essas mudanças sempre tiveram um personagem da dinâmica criminal que permitisse caracterizá-las: o malandro, o marginal e o vagabundo. Como um ator social consolidado a partir dos anos 2000, as milícias poderiam sintetizar uma nova dinâmica da violência urbana através de sua imagem? A ideia, portanto, é respeitar a sugestão de Becker (2008) e deixar o caso estudado definir as categorias analisadas, acatando sua generalidade empírica e sua condição relacional diante dos personagens presentes na *acumulação social da violência* (MISSE, 2022).

Foi denunciando, colocando coisas desse tipo. Eu mesmo tô falando isso a partir da fala das pessoas. Não era uma coisa assim “ah, nós não queremos pagar”, “tá caro”. Não. O que apare-

6 A sociabilidade violenta é um tipo-ideal que trata da emergência de um individualismo egoísta circunscrito ao Rio de Janeiro (Machado da Silva, 2004). Os portadores desta sociabilidade egoísta seriam os “bichos-loucos” do tráfico, aqueles que usam o recurso da violência sem uma justificativa moral (Idem). Atualmente, esses portadores da sociabilidade violenta estariam perdendo centralidade no “mundo do crime”, em um processo de racionalização econômica sobre o uso da violência, cada vez mais entendida como onerosa para os negócios das empresas do tráfico (Machado da Silva; Menezes, 2019).

7 Os próprios moradores usaram esse termo nas entrevistas.

cia era que nós somos, em princípio, contra esses serviços prestados dessa forma, entendeu? “Já sabemos, isso é milícia!”. Isso foi usado, isso foi falado. [...] Esse caráter, assim, *organizado, bem profissional* ele é ... também acho que espantou muito né. E também a maneira como eles chegaram né, pelo que as pessoas relataram ali. O fato deles irem primeiro nos síndicos, *vendendo lá a proposta deles, conseguindo algum tipo de apoio* pra se instalar ali, *uma autorização tácita*. [...] Tudo isso demonstrava que havia uma organização por trás daquilo. Podia ter característica mesmo de uma entrada da milícia na Zona Sul. Se você reparar bem, até hoje a milícia não chegou à Zona Sul. *E ficou todo mundo preocupado que aquilo fosse a porta de entrada, entendeu?* (MAURO, *grifos meus*).

Mauro não lembra se foi em cartaz ou uma faixa, ou se foi pelas redes sociais que viu uma convocação para uma reunião na Praça do Choro sobre o ocorrido. Ele, que mora numa rua próxima, resolveu ir, para tentar saber do que se tratava e discutir. A associação dos moradores estava presente, mas a reunião, segundo Mauro, parecia espontânea. O que ele soube foi que uma empresa estaria tentando complementar seus serviços de segurança na região.

A região tem uma característica [em referência ao aspecto territorial], foi uma ocupação urbana que foi planejada, um loteamento. Era chamado de Jardim Laranjeiras. Tem alguma semelhança com um condomínio, a característica (MAURO).

Ele acha que, devido a essa configuração territorial, a empresa se interessou pelo local. Assim, de acordo com as informações de Mauro, a empresa teria buscado alguns síndicos e conseguiu uma autorização para pôr um estande na praça, fazendo propaganda dos serviços, mostrando o projeto para região, fazendo panfletos, ou seja, tentando sensibilizar os moradores. O interlocutor lembra que essa era uma época em que estavam ocorrendo registros de crimes não muito comuns ali. Na reunião cujo técnico participou, após o conflito noturno, o tema mobilizado pelos moradores era de que esse tipo de ação da empresa poderia ser identificado como uma *atividade miliciana*. Segundo Mauro, eram esses os termos utilizados na reunião, que teve cerca de 100 pessoas (MEROLA, 2017). E o que foi debatido e alertado era que se começava assim, *vendendo segurança, tendo que pagar uma taxa*.

De acordo com Bottari, Niklas e Merola (2017), os custos mensais dessa segurança privada seriam de cerca de 60 mil reais por mês; os moradores foram informados que isso seria cobrado diretamente dos condomínios. Alguns moradores se mobilizaram, e, dentre esses, houve resistência aos

serviços. Os que falaram na reunião supracitada, segundo Mauro, eram sempre contrários aos serviços privados oferecidos, algo reforçado pela cobertura jornalística (MEROLA, 2017). Mauro chegou até mesmo a estranhar o porquê de tanta resistência, diante da situação de ineficácia do Estado de garantir a ordem pública, a população tende mesmo a comprar segurança, porteiros, guaritas, cancelas, dizia ele. Mas contataram o Batalhão de polícia da região, começaram campanhas contra e a empresa se retirou de modo definitivo.

A cidade passa por uma onda de violência, mas o aumento de criminalidade aqui é esquisitíssimo. Tem assalto, arrastão, coisas que nunca ocorreram. E aí, do nada, surge uma empresa para ser salvadora. E quando não quisermos mais essas pessoas aqui? Quem vai tirá-las daqui? - disse um morador da Ortiz Monteiro, que prefere não ser identificado (MEROLA, 2017).

Antes surpreso com o repúdio à ideia, Mauro se disse convencido quando foram discutidos os *perigos* que uma iniciativa como aquela traria para a vizinhança.

Quando ouvi as colocações pensei, é ... eles têm razão. A gente não pode permitir isso aqui porque é, hum ... muito perigoso, entendeu? Torna-se algo muito perigoso, muito mais perigoso, às vezes, do que os assaltantes da rua, é você ter um tipo de serviço desse, prestado dessa forma, entendeu? Porque pode ser o início de uma quantidade enorme de extorsões, de cobranças, de exigências, entende? (MAURO).

Esse momento de classificação desses serviços de segurança privada como uma atividade miliciana é um encontro simbólico viabilizado pelo aspecto acumulativo, do ponto de vista social, da violência. Segundo Misse (2022), os personagens capazes de assombrar o cotidiano da cidade carioca já se modificaram algumas vezes na história. Essas transformações fantasmagóricas da violência tinham um lastro que se modificou das simples contravenções aos crimes violentos perpetrados no contexto do varejo do tráfico de drogas. A desconfiança dos moradores da General Glicério evidencia novas metamorfoses na *acumulação social da violência* (MISSE, 2022) do Rio de Janeiro. A privatização profissional da segurança passa a ser passível de temor por conta da emergência de importância das milícias, um personagem que se fortalece a partir dos anos 2000 na dinâmica criminal carioca (ZALUAR; CONCEIÇÃO 2007; CANO; DUARTE, 2012; HIRATA *et al.*, 2021). Apesar de a Zona Sul do Rio de Janeiro ser a única região da metrópole onde esse ator social não possui domínio territorial publicamente compro-

vado<sup>8</sup>, paradoxalmente, essa seria a região que mais teme as milícias (LIMA, 2019).

O conflito da General Glicério, nesse sentido, dá indícios de que esses grupos armados começam a disputar espaço nas representações sociais do medo compartilhadas pelos moradores de regiões que não experimentam ou experimentaram seu domínio. Os rumores são um elemento metodologicamente interessante (MENEZES, 2014) para se notar como essas associações, impelidas por um momento de desestabilização do cotidiano, são feitas entre os âmbitos da interação e da representação social do medo; de um lado, essa emoção é produtora de sociabilidades e, do outro, é base para interpretação dos sentidos das ações, respectivamente. Para Das (2020), os rumores, a partir de seu nexos temporal com o passado, permitem atualizar figuras aterrorizantes e fantasmagóricas em novos *eventos* (VIANNA, 2020: 8).

“Ah, isso é o pessoal da milícia que tá fazendo isso”. “Ah, não sei aonde, num bairro dos meus parentes”... Sempre eram assim os boatos que dizem que eles [*a milícia*] começavam assim, daqui a pouco iriam tomar conta da TV a cabo e outros serviços. Iam cobrar taxas pra quem fosse alugar. Uma boataria de que em outros lugares eles tinham agido de forma parecida, mas nada comprovado, nem que eles fossem da milícia mesmo, podia ser simplesmente uma empresa de segurança. [*Mas isso teve uma efetividade né?* - Entrevistador] Teve, isso segurou, realmente. Eu mesmo, na hora que associaram à milícia, aí eu é ... realmente, tem características muito semelhantes mesmo, pode ser, tá? Então, não, de jeito nenhum, não quero, sou contra. Talvez se fosse de uma forma diferente ia aceitar né, talvez não fosse beneficiado diretamente, que nem morava lá, mas achava que era uma ideia aceitável. Mas mobilizou algumas pessoas de fora, que não moravam ali pra discutir coisas que estão no seu bairro, na sua cidade. Foi isso que me motivou, que me deu ânimo de ir nas conversas (MAURO, *grifos meus*).

Santiago, de forma similar à de Mauro, afirma que a maneira como as coisas aconteceram possibilitou associações perversas sobre a índole da empresa. *A forma que chegou não bate com o espírito do bairro* (SANTIAGO). Os jornais, inclusive, mostram que alguns moradores apoiaram a ideia, mas não foram páreos diante do medo ocasionado pela *assombração miliciana*.

A gota d'água foi um sequestro-relâmpago de uma idosa, obrigada por bandidos a comprar

produtos e fazer saques em caixas eletrônicos. Ouvimos relatos de uma situação muito traumática. Procuramos a empresa, que é especializada em protocolos de segurança, para montar uma vigilância apenas para inibir a criminalidade, não para coibir o direito de ir e vir de ninguém. Mas ficamos assustados com a reação horrível e violenta de pessoas do bairro<sup>9</sup> (BOTTARI; NIKLAS; MEROLA, 2017: online).

Minha filha foi roubada alguns dias atrás com uma arma apontada para a cabeça. Aqui acontece de tudo, arrastões, sequestros-relâmpagos, roubos de carros. Enfrentamos problemas todos os dias e a qualquer hora. Alguma medida precisa ser tomada<sup>10</sup> (BOTTARI; NIKLAS; MEROLA, 2017: online)

Lamento o impasse. Não sei se vigilância privada é a melhor solução, no entanto, não dá mais para essa parte de Laranjeiras continuar assim. Ficaria feliz de ver o pessoal que se mobilizou para impedir a instalação das guaritas fazendo também um movimento para acabar com os assaltos<sup>11</sup> (BOTTARI; NIKLAS; MEROLA, 2017: online).

Diante da assombração de uma possível tomada de controle pela milícia, foi fundado o “Laranjeiras solidária”, uma associação fruto da mobilização espontânea em torno do conflito, para discutir violência e ocupação urbana. *Entendemos que a segurança passa pela ocupação do espaço público [...] Quando você frequenta um lugar, você perde o medo* (CIDA). De acordo com Cida, o “Laranjeiras Solidária” fez um levantamento para ver todas as mazelas que caracterizam a desorganização do espaço público, como a iluminação, por exemplo. E incentivou uma série de ocupações, caracterizadas por ela como *democráticas*, dos espaços; feiras de livros e uma horta comunitária são alguns exemplos. A iniciativa, fruto de *processos de investigação* coletivos, poderia ser vista como forma de agir comunitariamente diante de indeterminações produzidas no cotidiano carioca (MANO; MENEZES, 2021). *Não queremos uma segurança patrimonial, queremos uma segurança para as pessoas* (CIDA). Cida, por sua vez, amplia a noção de *espírito do bairro*, trazida na entrevista com Santiago, ela acredita que nem se chegasse de outra forma a empresa de segurança privada conseguiria se estabelecer.

Esse é um bairro inclusivo ... tem um camelô que fica aqui a noite toda e sei que posso vir aqui à noite porque eu conheço ele, então, é um bairro que tem uma construção solidária, é um bairro

8 Link para o mapa interativo: <https://erickgn.github.io/mapafca/>. Me baseio neste mapa para indicar que não há um território na Zona Sul do Rio de Janeiro que caracterize uma área de milícia (Araujo, 2017).

9 Um dos síndicos da região ao O Globo – 06/12/2017.

10 Uma síndica da Rua General Glicério ao O Globo – 06/12/2017.

11 Moradora da Rua Professor Ortiz Monteiro ao O Globo – 06/12/2017.

inclusivo, e essa guarita ia fazer o quê? Ia acabar com isso, ia criar um gueto (CIDA).

No *evento* da General Glicério, há um tema não desenvolvido, mas que necessita ser em trabalhos futuros: a dimensão política do medo. Laranjeiras, como os entrevistados sugerem em determinados momentos, é um bairro *sui generis* mesmo dentro da realidade da Zona Sul carioca. É de conhecimento popular que o bairro é um reduto de esquerda na cidade, algo evidenciado pelo desempenho de candidatos progressistas nas eleições mais recentes, seja à nível municipal, estadual ou nacional (CORTÊS; 2018; ROCHA, 2018). Existem também explicações históricas para essa característica singular do bairro, uma delas se baseia em dois *booms* imobiliários. O primeiro demarca a mudança na forma de ocupação ocorrida ainda no século XIX, passando pelas casas de campo da nobreza, pelo crescimento da infraestrutura urbana por conta desses moradores, até o loteamento dos terrenos herdados e vendidos a preços elevados (CORTÊS; 2018). A segunda, já no século XX, evidencia as mudanças populacionais trazidas pela instalação de uma das maiores fábricas de tecido do país no bairro e seu posterior loteamento, principalmente na Rua Pires de Almeida, que favorece, nos anos de 1940, à chegada de professores, artistas, intelectuais e profissionais liberais na região (CORTÊS; 2018). Em termos de associativismo comunitário, foi em Laranjeiras, durante o período da ditadura militar, que uma das primeiras associações de moradores surge na cidade em meio à resistência das Casas Casadas, tombada em 1979 em razão da luta por sua manutenção (CORTÊS; 2018). Hoje, o bairro conta com a Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras (AMAL), conhecida por ser atuante.

Assim, as *lógicas do medo*, isto é, as estratégias que as pessoas utilizam para gerenciar o medo frente à uma ameaça social (VILLARREAL, 2022), como a violência, tanto depende das condições sociais desiguais de recursos para lidar com o medo (VILLARREAL, 2022), como das orientações políticas dos atores envolvidos; nesse caso, em relação ao *fazer a cidade*. O *evento* da General Glicério torna-se paradigmático por sua singularidade ao evidenciar uma disputa em relação à cidade e a possibilidade de estratégias progressistas para gerenciar o medo no espaço urbano, mesmo que sua observação tenha sido feita a partir de uma vizinhança *sui generis* e não signifique que toda a cidade do Rio de Janeiro ou a Zona Sul em sua totalidade compartilhem do medo das milícias, muito menos com a forma de enfrentá-lo. É preciso notar que a privatização dos espaços, seja com condomínios ou cancelas nas ruas,

é um fenômeno comum das cidades onde a violência torna-se uma ameaça (CALDEIRA, 2000), inclusive outros bairros da Zona Sul têm modelos de segurança privada similares ao que foi rejeitado na General Glicério. Aliás, é por conta de alguns moradores entenderem que a privatização da segurança seria uma estratégia válida para lidar com o problema que se tem início o *evento* tratado neste texto, mas a especificidade do *conflito*, cerne das discussões aqui desenvolvidas, está no encontro simbólico que faz dessa possibilidade uma fonte de medo ainda maior.

*Ter eles aqui daria mais medo. Dá muito mais medo. Você não sabe quem são as pessoas que estão ali, que teste que fizeram, pessoas armadas que vem assim... pelo menos a gente sabe que na PM tem controle, tem treinamento, tem direção, tem um comandante, agora você bota umas pessoas armadas na porta da sua casa, você não sabe quem é, quem contratou, como contratou, quem são ... Isso é um temor (CIDA, grifos meus).*

Nos jornais, a empresa teve oportunidade de se pronunciar.

Somos uma empresa que trabalha com protocolos internacionais de segurança, cuidando inclusive de consulados. *Não somos clandestinos, milicianos*. Não impedimos ninguém de ir e vir nem trabalhamos com segurança armada. Usamos protocolos que dão visibilidade e inibem delitos (Presidente da empresa de segurança privada ao O Globo, *grifos meus* – 06/12/2017).

Entre 2002 e 2016, houve um crescimento de cerca de 75% das empresas de segurança privada no Brasil (BARCELOS; BARROS, 2017 apud ARAUJO, 2017). De acordo com Araujo (2017), o medo dos traficantes, responsáveis pelo varejo da droga, e, possivelmente, sua associação com o *bicho-louco* (MACHADO DA SILVA, 2004) como parte da representação típico-ideal da *sociabilidade violenta* (WERNECK; TALONE, 2019) que compõe a *gramática da violência* (MACHADO DA SILVA, 2010) carioca, é a principal justificativa para um conjunto de moradores enxergar a privatização da segurança como uma saída positiva, mesmo que isso signifique, em algumas circunstâncias, estar sob o domínio das milícias. Seu ponto de análise é a Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde a ocupação urbana deu-se por uma busca da *tranquilidade* e fuga da violência que, segundo seus interlocutores, já havia tomado de conta das outras zonas da cidade. Para a autora, quando há a justaposição, de um lado, entre o controle dos mercados de segurança, habitação e serviços e, de outro, as conexões com a rede de política institucionalizada, emerge uma área de milícia (ARAUJO, 2017: 144).

No *evento* da General Glicério, na Zona Sul, o

medo de invasão externa está relacionado com a representação social das milícias, o que se distingue da Zona Oeste, onde é a figura do tráfico que assombra os moradores e permite as milícias usarem da proteção como uma *mercadoria política* (ARAUJO, 2017; MISSE, 2022). A “milícia”, como fonte de medo, perde, assim, uma de suas formas de legitimidade social, necessária para seu estabelecimento em uma região, que era o medo difuso sobre a possibilidade de agentes “portadores da violência”, geralmente do tráfico, exercerem controle e domínio em determinado lugar. Nesse sentido, as milícias passam a ser parte do “*fantasma*” da *violência urbana* (MISSE, 2022), configurando um paradoxo sobre uma de suas bases de legitimidade que, segundo Araujo (2017), seria *o medo de se viver sob o medo*.

### As mudanças de imagem das milícias na cena criminal carioca

Nesta seção, o objetivo é entender as transformações das representações sociais das milícias no tecido urbano carioca. E, conseqüentemente, compreender quais mudanças foram essenciais para que sua atuação fosse relacionada antes à violência do que segurança e/ou proteção. Indicando, assim, que sua imagem reflete uma metamorfose em curso do “*fantasma*” da *violência urbana* (MISSE, 2022).

No contexto carioca, as milícias, no princípio da formulação de sua imagem social, surgem como um “mal menor” diante da imagem já consolidada sobre as mazelas trazidas pelos *bandidos* que atuavam no varejo dos mercados ilegais de drogas. Entretanto, atualmente, são vistas como *o maior dos males* (WERNECK, 2015). Essa comparação com o tráfico foi uma das bases para legitimação de sua atuação, seja por moradores, políticos ou até agentes de segurança (CANO; DUARTE, 2012; WERNECK, 2015). Ainda que, segundo a forma de domínio e os mercados ilegais dominados, seja cada vez mais difícil diferenciar a atuação entre tráfico e milícias, essa comparação segue importante porque os agentes do estado, que participam das milícias e diferenciam esses grupos dos outros (HIRATA *et al.*, 2021), não compartilham dos processos sociais envolvidos na *sujeição criminal* (MISSE, 2010; 2022). Além disso, o que separa as milícias da segurança privada, comuns em bairros de classe média-alta, é a coação; mas usar o medo como instrumento único de dominação pode, ao mesmo tempo, enfraquecê-las (CANO; DUARTE, 2012). Assim, ainda há uma diferenciação moral entre tráfico e milícias, cada vez mais frágil à medida que elas se tornam mais uma aparição do “*fantasma*” e passam a integrar a *acu-*

*mulação social da violência* (MISSE, 2022) a partir da representação social do *miliciano* (WERNECK, 2015). Mas como, a princípio, uma saída violenta, autoritária e baseada no medo foi percebida como uma alternativa viável à realidade igualmente violenta, arbitrária e perigosa?

Em Soares (2021), discuto que a trajetória do medo relacionado com a violência, à nível latino-americano, é marcada por uma articulação complexa, baseada em uma sedimentação histórica. A partir de Kruijt e Koonings (2002), argumento que a persistência da violência política e social está relacionada com uma profunda desigualdade social responsável por excluir socialmente uma parcela significativa da população, que impulsiona a informalização da sociedade e rói a noção de cidadania, mas também com a instrumentalização da própria violência nas dinâmicas políticas e estatais, capaz de generalizar o terror na vida social. Apesar de em todo o mundo a violência ter sido algo que acompanhou – e persistiu mesmo após – a formação dos Estados modernos, sua singularidade no contexto latino-americano seria esse seu caráter endêmico. Nesse sentido, criou-se o entendimento de que seria a democracia o caminho para resolver os problemas da violência dessas sociedades.

Contudo, na América Latina pós-autoritária, a violência, na verdade, se democratizou (KRUIJT; KOONINGS, 2002). Antes relegada às forças armadas, ela teria se tornado, por conta de seu uso na repressão política, um recurso para resolução de conflitos ou para qualquer um que perseguisse um determinado fim. Assim, o Estado adquire uma importância singular nessa equação por conta de seu uso exacerbado da força, seja em um passado longínquo, recente ou mesmo no presente vivido (KRUIJT; KOONINGS, 2002). E os processos sociais responsáveis pela *acumulação social da violência* (MISSE, 2008b; 2022) reforçam a ideia de que esse percurso do medo tem sua parcela política, mas também social, dada a progressiva desvalorização das instituições estatais de controle social e justiça, assim como as vidas dos *sujeitos criminais* (MISSE, 2008a; 2010; 2022). Desse modo, compreende-se o porquê existe legitimidade social para combater a violência e o medo com doses, até então vistas como menos ameaçadoras, de violência e medo.

As milícias, em si mesmas, são fruto de um processo de acumulação social da violência, que, no contexto carioca, conformam um fenômeno original. O termo milícia tem muitos significados mundo afora, quase todos versam sobre um tipo de serviço militar não obrigatório, em geral, composto por civis



(ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). No Rio de Janeiro, entretanto, as milícias estão muito mais próximas dos grupos de extermínios que ganharam notoriedade a partir da década de 1970 no Brasil (CANO; DUARTE, 2012; MELLO NETO, 2021; MISSE, 2022; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Uma diferença marcante entre esses grupos e as milícias é a dominação territorial e infraestrutural contínua desses últimos. Assim, em todo país, a noção inicialmente popularizada sobre as milícias referia-se a:

[...] policiais e ex-policiais (principalmente militares), uns poucos bombeiros e uns poucos agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, que tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes predadores (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007: 90).

A favela do Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é tida como berço do que hoje denominamos milícias. Considerada, no início dos anos 2000, um modelo de sucesso por conta da “segurança local”, os sucessivos grupos compostos por moradores do Rio das Pedras, que prezavam pela ordem, com códigos de condutas arbitrários, autodenominavam-se *polícia mineira* desde a década de 1970/80 (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Era modelo, inclusive, a relação simbiótica, amplamente reconhecida posteriormente, entre associação de moradores, política institucional e a *mineira* (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). O termo “milícia” populariza-se quando esse modelo de controle chega em locais onde não existia ou era controlado por tráfico, os moradores, com auxílio da mídia, passaram então, a identificar esse elemento externo de forma homogênea (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Por conta dessa busca por “ordem”, as áreas dominadas por milícias frequentemente eram identificadas como mais “tranquilas” do que as de tráfico; tiros, assaltos, venda e consumo de drogas eram menos comuns ou visíveis. Tudo isso convergia para um entendimento de que as áreas de milícia eram mais “pacíficas” (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Muitas pessoas, inclusive, achavam que sua situação seria pior sem as milícias (CANO; DUARTE, 2012). Assim, do surgimento até sua consolidação, as milícias possuíam alguma legitimidade social que as caracterizavam como agentes dúbios de segurança porque instrumentalizavam o medo, de si e de outras

ameaças vistas como piores do que elas.

Em 2008, ocorre uma situação de alto impacto midiático que estremece essa primeira imagem da milícia. Um fotógrafo, um motorista e uma jornalista, todos do Jornal O Dia, foram sequestrados e torturados por milicianos na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro<sup>12</sup>. Eles estavam disfarçados em uma comunidade dominada por milícia e foram descobertos em seus últimos dias em campo, após meses de investigação. Eles relataram que tiveram debates acalorados sobre o destino da vida deles, lembraram os milicianos dos problemas causados pela morte de Tim Lopes<sup>13</sup>, e, depois de muita tortura física e psicológica, eles os deixaram viver. Mesmo que a vida deles nunca mais tenha sido a mesma<sup>14</sup>. Esse evento escancarou nos jornais as perversidades praticadas pelas milícias, já conhecidas pelos moradores que conviviam com elas. O caso é um dos estopins para a CPI das milícias, presidida pelo Deputado Estadual Marcelo Freixo, que indiciou políticos, policiais, bombeiros, agentes penitenciários e civis. A relação entre poder público e as milícias estava, então, amplamente divulgada na mídia. Para Cano e Duarte (2012), o conceito de milícia muda consideravelmente após o abalo da opinião pública sobre esses grupos. Depois do caso midiático de tortura aos funcionários do Jornal O Dia e da subsequente CPI, as milícias mudaram sua forma de atuação, sendo mais discretas e menos ostensivas para exercer o domínio, aplicando, assim, a violência com mais parcimônia, mas de modo igualmente tirânico, “no sapatinho” como disseram os interlocutores da pesquisa de Cano e Duarte (2012).

Estar “no sapatinho”, em vez de enfraquecer ou conter as milícias, expandiu, nos últimos anos, sua presença e poder no Rio de Janeiro, principalmente a partir de sua diferenciação em relação aos outros grupos ilegais: o uso privado do Estado. Não só o uso individualizado de recursos públicos, mas o beneficiamento diante de políticas públicas de segurança e habitação (HIRATA *et al.*, 2021). Isto é, práticas de governo foram essenciais para o fortalecimento das milícias nos últimos anos, tornando-a “dona” de aproximadamente 56% do território da cidade do Rio de Janeiro, onde vivem mais de dois milhões de cariocas sob seu domínio<sup>15</sup> (HIRATA *et al.*, 2021). Perante esse quadro, Hirata *et al.*, baseados em dados quantitativos e qualitativos, sustentam a hipótese

<sup>12</sup> <https://extra.globo.com/noticias/rio/jornalistas-sao-torturados-por-milicianos-no-rio-equipe-de-dia-foi-espancada-por-7-horas-na-zona-oeste-519747.html>

<sup>13</sup> <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/assassinato-de-tim-lopes/noticia/assassinato-de-tim-lopes.gh.html>

<sup>14</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/torturado-por-milicia-fotografo-vive-isolado-e-ve-avanco-dos-criminosos.shtml>

<sup>15</sup> De novo, ver o mapa dos grupos armados e os territórios da cidade dominados por eles: <https://erickgn.github.io/mapafc/>.

de que o “direcionamento do uso da força pelo Estado e a regulação e fiscalização municipal do mercado imobiliário favoreceram o crescimento das milícias” (2021: 7).

As operações policiais, um dos principais fatores das altas cifras de letalidade policial no estado fluminense (MISSE *et al.*, 2013), são construídas por Hirata *et al.* (2021) como principal indicador de direcionamento de uso da força pelo Estado, por conta de seu objetivo público de “enfraquecer” as organizações criminosas. Contudo, o estudo dos autores mostra que há grupos armados com *vantagens* e outros com *desvantagens políticas*, porque o direcionamento do uso das forças policiais não está orientado pelos índices de criminalidade violenta<sup>16</sup>. De acordo com Hirata *et al.* (2021), a “tranquilidade” utilizada pelos interlocutores de Araujo (2017) para descrever as áreas de milícias estaria relacionada com os baixos índices de tiroteios dessas localidades<sup>17</sup>, possibilitados pela parca atuação da polícia. Ao contrário dos locais em disputa ou sob o domínio do Comando Vermelho, o segundo grupo armado com mais poder traduzido em territórios, que possuem os maiores índices de operações policiais. Assim, a “tranquilidade” estaria menos associada com a “menor violência” das milícias do que com a estabilidade ocasionada pelos acordos entre elas e a polícia (HIRATA *et al.*, 2021). E apesar de outros estudos terem demonstrado os recursos e os dispositivos para que a violência não interrompa o cotidiano carioca (CAVALCANTI, 2008; TALONE, 2015), o medo, na cidade do Rio de Janeiro, tem uma relação ambígua e ainda pouca clara com essa “tranquilidade”, que é fruto de uma estabilidade baseada em níveis de tiroteios.

Outro elemento capaz de caracterizar essa mudança na atuação das milícias pós-2008 é que sua principal atividade econômica talvez não seja mais a proteção e a extorsão, como já foi, mas sim o mercado imobiliário, principalmente o da Zona Oeste do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2017; HIRATA *et al.*, 2021). O mote da segurança não é mais um meio para o fim econômico velado. Os objetivos econômicos são um fim em si mesmos. Essa complexificação foge do escopo deste texto, que foca nas imagens das milícias geradas por sua atuação nos mercados da proteção e da extorsão, em processo de consolidação na *acumulação so-*

*cial da violência*. Mas isso não quer dizer que, dentre tantos mercados ilegais, o “urbanismo miliciano”<sup>18</sup> seja menos violento ou ameaçador; ou ainda, que não faça parte desse processo. Inclusive, essa capilaridade das milícias deve contribuir para que seu reflexo seja sinônimo de silêncio e medo entre os cariocas.

### Considerações finais

Ao considerar a multiplicidade de objetos construídos a partir do medo, é importante demarcar sua potencialidade como uma categoria analítica da sociologia da violência. O uso desmedido da força física, ou a expectativa de seu uso, podem ou não romper o fluxo do cotidiano, mas são, em alguma medida, ameaças e lembram as pessoas que elas podem morrer. Este seria, aliás, o conteúdo elementar do medo na história (DELUMEAU, 2009). Para Didi-Huberman (2008), além da morte, do outro e da incerteza, o medo envolve tudo aquilo culturalmente valorado como mal<sup>19</sup>. Dessa forma, como vimos, alguns signos culturalmente compartilhados, reprovados e temidos podem orientar o reordenamento social após experiências com a violência urbana, pois os crimes, como conteúdo e fonte de medo, possuiriam a capacidade de reconstruir simbolicamente o mundo (CALDEIRA, 2000; ROCHE, 1988).

*Sem ordem cronológica, tá?* A fala de Cida, como epígrafe deste artigo, permite tratar da ressignificação do tempo a partir das emoções acionadas em contexto de violência urbana. O medo, segundo Didi-Huberman (2008), nos desorienta em relação ao tempo. Assim, as fronteiras entre passado, presente e futuro poderiam ser borradas. Ao estar envolvido em uma situação de medo, seja ela fisiológica, discursiva, interacionista ou sociocultural, o indivíduo estaria imerso em relações que acontecem em distintos tempos. Uma das coisas que mais chama a atenção nas entrevistas com moradores da General Glicério e seu entorno foi a sensação de que a dinâmica criminal, precedente à oferta de segurança privada, estava *diferente do normal*. Houve menções espontâneas nas três entrevistas às explosões em agências bancárias. Em duas, essas explosões foram associadas ao momento anterior à chegada da empresa, como uma série de fatos que justificassem as preocupações das pessoas com as mudanças em

16 Ver Borges (2016).

17 Ver <https://fogocruzado.org.br/estatisticas/>

18 Ver Benmergui e Gonçalves (2019).

19 O autor está se referindo a um medo que tem como conteúdo a guerra, mas, ao meu ver, com as devidas proporções, é possível entender essa visão aos crimes e à violência urbana. Sem entrar no mérito, aqui, das discussões em torno da metáfora ou lógica da guerra e a militarização do cotidiano (Leite, 2000; Magalhães, 2020).

curso na dinâmica criminal da região. Na outra, com Cida, ela cita as explosões como acontecimentos posteriores ao *evento*, mas com relação direta com ele. *A gente sabe que alguma coisa tem a ver, a gente fez a ligação imediata com esse serviço de segurança que a gente não aprovou* (CIDA). A rememoração das explosões, seja anterior ou posterior à oferta de segurança, estão em um mesmo marco de sentido, em um *ponto de encontro do tempo* cujas associações simbólicas são permitidas. Nesse *ponto*, processos sociais responsáveis pela *acumulação social da violência* (MISSE, 2022) fornecem as bases de interpretação tanto para as ações classificadas como violentas quanto para os signos de um perigo difuso, ambos concebidos no presente. Isto é, o *“fantasma” da violência urbana* (MISSE, 2022) é desenhado no presente com base na figura socioculturalmente compartilhada da milícia, condensada por processos sociais de longa duração. O medo das milícias, desse modo, articula distintas temporalidades.

Este trabalho, portanto, reforça a potencialidade de análise de fenômenos públicos a partir das emoções que, segundo Coelho e Oliveira (2020), podem mobilizar práticas e alimentar expectativas. Para os autores, as vivências do passado e do futuro são ressignificadas no presente, tendo em vista que as dinâmicas emocionais não são universalizáveis, são construções culturais, fruto de contextos sociais e políticos específicos. Desse modo, ao olhar especificamente para o *evento* da General Glicério, é possível tecer algumas considerações especificamente sobre o medo.

Coelho e Oliveira (2020) ressaltam que essa emoção tem um claro nexos com o futuro, como uma espécie de par antagônico da esperança, uma “esperança adoecida”. Ao meu ver, as memórias sobre o conflito, obtidas nas entrevistas, demonstram a possibilidade de o medo ser um *ponto de encontro* de tempos distintos. As representações sociais da violência urbana, além de mobilizarem crenças e valores (PORTO, 2006), utilizam de “fantasmas” socioculturalmente estabelecidos para caracterizarem tipos sociais em carne e osso: o malandro, o marginal, o vagabundo (MISSE, 2022) e, ao que tudo indica, o *miliciano*. Nesse sentido, o medo também tem uma relação direta com o passado e a sedimentação de signos de perigo difuso, que tanto orientam práticas quanto são ressignificados no tempo presente, no cotidiano.

O conflito tematizado neste artigo, poderia discutir simplesmente se a privatização da segurança é algo aceitável em uma democracia. Contudo, mediadas e produzidas pelo medo, as relações mobilizaram práticas e expectativas a partir de caracte-

rizações que podem indicar uma nova metamorfose do *“fantasma” da violência urbana*, materializado na figura do miliciano e do que significa, no contexto carioca, viver em uma área de milícia (ARAUJO, 2017). Assim, o presente tanto colore quanto é colorido pelo passado (BENJAMIN, 1985; JELIN, 2017; POLLAK, 1989), pois a partir das dinâmicas criminais do presente é possível modificar as assombrações da violência urbana, mas também se valer delas como uma *gramática* para agir. A relação do medo com o passado não poderia, dessa forma, ser negada.

No caso estudado, por meio da *acumulação social da violência* (MISSE, 2022), são sedimentadas as bases de interpretação que permitem classificar uma oferta de segurança privada como atividade milicianiana. Sem dúvidas, isso implica na relação do medo com um futuro pessimista, uma “esperança adoecida”, em que a segurança fosse a porta de entrada para futuras extorsões e abusos de poder. Portanto, como um *ponto de encontro do tempo*, o medo faz parte de uma dinâmica emocional responsável por mobilizar práticas no presente influenciadas e influenciáveis em relação ao passado e ao futuro.

O medo, representado e compartilhado social e culturalmente, e a *violência urbana* se sobrepõem quando Misse (2022) trata do *“fantasma” da violência urbana*, ambos são conformados em um *sujeito social difuso*, que define situacionalmente a sociabilidade cidadina e fomenta subjetividades. Isto é, no nível da representação social, o medo não é só consequência da “violência”, mas um aspecto constituinte do que a torna um substantivo de caráter ameaçador. Assim, como um objeto sociológico, o medo deve ser visto como uma categoria analítica relevante, já que possui a capacidade de ser observado a partir de múltiplas manifestações práticas, implicando em um grande potencial reflexivo à nível conceitual e metodológico no campo de estudos da violência urbana, principalmente quando o tema são suas representações sociais.

### Referências bibliográficas

- ARAUJO, M. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, p. 1–17, 2018.
- BECKER, H. “Conceitos”. In: **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENJAMIN, W. “Experiência e pobreza”; “Sobre o conceito de História”. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CALDEIRA, T. **Cidade dos Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora

34/Edusp, 1ª Ed. 340 p, 2000.

CANO, I.; DUARTE, T. ‘No sapatinho’: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro, LAV/Fundação Heinrich Böll, 2012.

CAVALCANTI, M. Troteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n.1, p. 35-59, 2008.

COELHO, M. C. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Mana**, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010.

COELHO, M. C.; OLIVEIRA, E. Reflexões sobre o Tempo e as Emoções na Antropologia: definições, práticas e políticas. **Sociologia e Antropologia**, v. 10, n. 3, p. 1087-1100, 2020.

DAS, V. O Evento e o Cotidiano. In: **Vida e Palavras. A Violência e sua Descida ao Ordinário**. São Paulo: Editora da Unifesp. 2020.

DELUMEAU, J. “Introdução”. In: **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIDI-HUBERMAN, G. El gesto fantasma. **Acto: Revista de Pensamiento Artístico Contemporáneo**, n. 4, p. 280-291, 2008.

GERRING, J. **Case Study Research: Principles and Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HIRATA, D.; CARDOSO, A.; GRILLO, C.; SANTOS JUNIOR, O.; LYRA, D.; DIRK, R.; RIBEIRO, R.; PETTI, D. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**. 2021. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll\\_expansao\\_milicias\\_RJ\\_v1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_v1.pdf)> Acesso em: 08 jun. 2024.

JELIN, E. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2017.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno Crh**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. (Des)continuidades na experiência de ‘vida sob cerco’ e na ‘sociabilidade violenta’. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2020.

MANO, A.; MENEZES, P. Alerta Santa Marta: Dispositivos de (Contra) Vigilância em Favelas no Rio de Janeiro. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 52, n. 2, p. 147-173, 2021.

MBEMBE, A.; ROITMAN, J. “Figures of the Subject in Times of Crisis.” **Public Culture**, 7:323-52, 1995.

MELLO NETO, D. “Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana”. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 52, n. 2, p. 322-347, 2021.

MENEZES, P. Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 665-684, 2014.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2022.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, vol. 8, n. 3, p. 371-385, 2008a.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. **Lua Nova**, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M.; GRILLO, C.; TEIXEIRA, C.; NERI, N. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. NE-CVU, 2013.

POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTO, M. S. G. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 250-273, 2006.

ROCHÉ, S. Insécurité, sentiment d’insécurité et recomposition du social : deux fins de siècle. **I. Le Social « Sous Influence » : insécurité, précarité et réponses institutionnelles**, [S.L.], n. 19, p. 11-20, 1988.

SOARES, A. L. G. **O estudo do “medo do crime” na América Latina: estado da arte e uma proposta de organização**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOARES, A. L. G. The analytic gradient of “fear of crime”: An emotional structuring of the topic from a Latin American literature review. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 17, n.1, p. e57668, 26 fev. 2024.

TALONE, V. “introdução”. In: **Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito: Um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

VIANNA, A. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. **Mana**, v. 26, n. 3, e263206, 2020.

VILLARREAL, A. The logistics of fear: violence and the stratifying power of emotion. **Emotions and Society**, v. 4, n. 3, p. 290–306, 2022.

WERNECK, A. “A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito”. In: **Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro, Garamond, p. 337-354, 2012.

WERNECK, A. O ornitorrinco de criminalização: A construção social moral do miliciano a partir dos personagens da ‘violência urbana’ do Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 3, p. 429-454, 2015.

WERNECK, A.; TALONE, V. A ‘sociabilidade violenta’ como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 24-61, 2019.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz? **São Paulo em Perspectiva**, V. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

#### ARTIGOS DE JORNAIS

CORTÊS, C. Laranjeiras: aldeia da resistência das esquerdas no Rio. **Jornal do Brasil**. 11 nov. 2018. <<https://www.jb.com.br/rio/2018/11/953868-laranjeiras-aldeia-da-resistencia-das-esquerdas-no-rio.html>>. Acesso em: 16/06/2024.

BOTTARI, E.; NIKLAS, J.; MEROLA, E. Apesar da polêmica, projetos de segurança privada não se restringem a Laranjeiras. **O Globo**. 06 dec. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/apesar-da-polemica-projetos-de-seguranca-privada-nao-se-restringem-laranjeiras-22154888>>. Acesso em: 28/02/2024.

LIMA, R. Medo das milícias supera medo dos traficantes em favelas e bairros nobres do Rio, diz Datafolha e FBSP. **Folha de S. Paulo**. 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2019/02/18/medo-das-milicias-supera-medo-dos-trafficantes-em-favelas-e-bairros-nobres-do-rio-diz-datafolha-e-fbsp/>>. Acesso em: 28/02/2024.

MEROLA, E. Moradores de Laranjeiras fazem reunião para discutir instalação de guarita em rua do bairro. **O Globo**. 05 dec. 2017. <<https://oglobo.globo.com/rio/moradores-de-laranjeiras-fazem-reuniao-para-discutir-instalacao-de-guarita-em-rua-do-bairro-22154514>>. Acesso em: 28/02/2024.

ROCHA, M. O que pensam os moradores de Laranjeiras, ponto de encontro da esquerda carioca. **O Globo**. 28 out. 2018. <<https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-pensam-os-moradores-de-laranjeiras-ponto-de-encontro-da-esquerda-carioca-23193477>>. Acesso em: 16/06/2024.